
PERSPECTIVAS DO TRIGO FACE A RECENTES MEDIDAS DE POLÍTICA ECONÔMICA ⁽¹⁾

Everton Ramos de Lins
José Roberto da Silva

1 - INTRODUÇÃO

O desequilíbrio do balanço de pagamentos e as altas taxas de inflação estão atualmente entre os principais problemas da economia brasileira, conforme vêm destacando os meios de comunicação. Definidos em poucas palavras, o desequilíbrio do balanço de pagamentos traduz-se como incapacidade da economia para exportar o suficiente para atender a seus compromissos com o exterior (sejam oriundos de endividamento préterito ou de transações correntemente realizadas), e a inflação traduz-se como elevação dos preços em geral. Na verdade, esses dois problemas são interdependentes, uma vez que, no presente caso, medidas para solucionar um deles têm tendido a agravar o outro, indicando que a superação da dificuldade representada pelos mesmos requer solução simultânea. Por afetar diretamente a todos os agentes econômicos, a inflação tem sido o alvo principal dos protestos da população, mas não parece que um combate exclusivo à mesma possa ser eficaz.

Tendo em vista a relevância do balanço comercial como parte do balanço de pagamentos, as medidas visando ao equilíbrio deste têm enfatizado a necessidade de se obter saldos positivos naquele, procurando-se para tanto expandir as exportações, por um lado, e contrair as importações, por outro. O trigo, alimento consumido em grande quantidade e na maior parte importado, além de contar com subsídios, recentemente foi envolvido de forma direta como um dos principais componentes na estratégia de "superávit" no balanço comercial, e de combate à inflação.

Neste artigo considerar-se-ão, particularmente, as perspectivas de desempenho do trigo face à retirada de subsídios incidentes sobre o mesmo, medida que, aliás, tem se aplicado de alguma forma a todos os produtos agrícolas. Mais especificamente, será ventilada a situação do trigo quanto às perspectivas de sua produção e de seu consumo, bem como a de seus sucedâneos, relacionadas com a alta de preços devida à retirada de subsídios ao consumo e à produção.

(¹) Trabalho concluído em 15/10/1983.

QUADRO 1. - Balanço Mercantil e Participação do Trigo e do Petróleo Bruto nas Importações, Brasil, 1960-81

Ano	Importação (US\$1.000 - FOB)	Exportação (US\$1.000 - FOB)	Exportação/ importação (%)	Importação de trigo/ importação total (%)	Importação de petróleo bruto/ importação total (%)
1960	1.462.138	1.268.802	86,8	9,8	7,7
1961	1.291.833	1.402.970	108,6	10,8	10,7
1962	1.303.897	1.214.185	93,1	6,6	...
1963	1.293.972	1.406.480	108,7	12,7	13,6
1964	1.086.365	1.429.790	131,6	19,3	15,7
1965	940.630	1.695.479	169,6	14,4	16,6
1966	1.303.391	1.741.442	133,6	12,9	12,6
1967	1.441.166	1.653.751	114,7	12,4	12,0
1968	1.855.119	1.881.344	101,4	9,8	10,9
1969	1.993.242	2.311.169	116,0	6,8	7,4
1970	2.506.896	2.739.922	109,3	4,1	6,9
1971	3.247.393	2.903.856	89,4	3,3	7,7
1972	4.232.348	3.991.219	94,3	2,9	8,1
1973	6.192.238	6.199.200	100,1	5,4	9,8
1974	12.641.320	7.950.996	62,9	3,7	20,2
1975	12.210.340	8.669.944	71,0	2,9	25,4
1976	12.382.982	10.128.303	81,8	4,4	30,6
1977	12.023.412	12.120.175	100,8	2,4	32,9
1978	13.683.146	12.658.944	92,5	4,4	32,6
1979	18.083.861	15.244.377	84,3	3,5	37,2
1980	22.955.169	20.132.401	87,7	4,6	42,6
1981	22.090.580	23.293.035	105,4	4,4	48,0

Fonte: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A (CACEX).

2 - COMPOSIÇÃO DO SUPRIMENTO E ESTRUTURA DO SUBSÍDIO

A importação brasileira de trigo em grão em 1981 foi da ordem de 4,36 milhões de toneladas, no valor FOB de US\$962,2 milhões, e mais uma pequena quantidade importada como trigo em casca, farinha de trigo e amido de trigo, no valor de US\$503.885,00 FOB. Não obstante essa importação pareça pequena, quando comparada com os US\$22,1 bilhões correspondentes ao total de mercadorias importadas no mesmo ano, o trigo tem onerado sensivelmente o balanço mercantil, vindo, como item individual, logo depois do petróleo bruto cuja importação atingiu US\$10,6 bilhões, ou quase metade do total das importações. No quadro 1, apresenta-se a evolução do balanço mercantil a partir de 1960, destacando ao mesmo tempo as participações do trigo e do petróleo bruto no valor das importações.

Confrontando-se os 4,36 milhões de toneladas de trigo importados em 1981 com os 2,21 milhões de toneladas produzidos internamente no mesmo período, verifica-se que a produção equivale a cerca de 34% do suprimento total, que é da ordem de 6,57 milhões de toneladas; em outras palavras, o abastecimento interno dependeu da importação em aproximadamente 2/3 do seu total.

Quanto à importância do trigo na dieta alimentar tem-se, por exemplo, que em 1982 a despesa familiar com pão e macarrão, conjuntamente, na Cesta de Mercado levantada pelo Instituto de Economia Agrícola, para a Cidade de São Paulo, equivaleu a cerca de 8,1% da despesa total com alimentação (quadro 2). O consumo de trigo é também bastante expressivo em todo o País, especialmente nas áreas urbanas.

QUADRO 2. - Participação de Pão e Macarrão no Valor Anual da Cesta de Mercado, Cidade de São Paulo, 1977-83

Ano	Despesa familiar (Cr\$)			Pão + macarrão/total (%)
	Pão	Macarrão	Total	
1977	1.297,82	274,25	20.206,46	7,7
1978	1.596,86	351,21	27.783,33	7,0
1979	2.150,64	495,12	43.407,15	6,1
1980	3.332,83	904,02	81.354,96	5,2
1981	8.020,19	2.060,48	157.071,89	6,4
1982	19.334,01	4.433,29	291.522,92	8,1
1983 ⁽¹⁾	41.372,00	10.346,00	727.612,59	7,1

⁽¹⁾ Os dados referem-se ao período de janeiro a novembro de 1983.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

A produção nacional de trigo está concentrada na Região Centro-Sul do País (quadro 3), sendo que os Estados do Paraná e do Rio Grande do Sul são responsáveis por parte expressiva dessa produção, 84,0% na safra de 1983.

A importação brasileira de trigo é realizada pelo Governo Federal, que revende o produto aos moinhos a preço subsidiado, isto é, a preço menor que o de aquisição. De outra parte, o Governo também tem assegurado ao triticultor nacional preço de venda e maior que o preço pago pelo trigo importado, considerando este no seu valor CIF, acrescido dos tributos aduaneiros pagos. Isto é, o Governo tem intermediado a comercialização do trigo importado e do produzido internamente; enquanto o preço de importação é determinado no mercado internacional, os preços para os moinhos e para o triticultor nacional são estabelecidos pelo Governo.

Em outubro de 1983, o Governo estava revendendo trigo aos moinhos a Cr\$98.812,00/t (para produto de peso hectolitro 78) e estava pagando, ou garantindo, ao produtor nacional Cr\$149.960,00/t. Quanto às diferenças entre os preços pagos ao produtor, de revenda aos moinhos e de importação, elas não fazem sentido em termos de preços mensais, uma vez que o trigo, importado e recebido em dado mês do ano, freqüentemente é negociado com vários meses de antecedência da época de seu recebimento no Brasil; neste caso, a confrontação com dados anuais é mais relevante (quadro 4).

3 - EXPECTATIVA E RESULTADOS DA POLÍTICA OFICIAL

Os preços de revenda do trigo, pelo Governo aos moinhos, no período 1975/81, foram sempre consideravelmente menores que os pagos ao triticultor nacional e também menores que os preços pagos pelo trigo importado (quadro 4). Além disso, os preços pagos ao triticultor, via de regra, foram maiores que os pagos pelo trigo importado, salvo em 1975 e 1976, quando os preços pagos ao triticultor foram menores que os de importação. No entanto, a par dessas diferenças entre os preços do trigo, a estrutura do subsídio ao trigo destacou-se também por grande variação de cada uma das diferenças citadas, entre os anos. Por exemplo, o preço de revenda aos moinhos equivaleu a 20,84% do preço de importação em 1980 e a 79,61% em 1977; e o preço pago ao triticultor nacional equivaleu a 530,42% do preço de revenda aos moinhos em 1980 e 227,52% em 1975.

A política de trigo praticada no Brasil, conforme acima delineado, tem implicado a consecução imediata, ou a médio e longo prazos, de dois objetivos principais: barateamento dos preços de alimentação, especialmente nas áreas urbanas; e substituição parcial das importações de trigo, no abastecimento, mediante expansão da produção interna. No entanto, sendo o abastecimento do produto baseado sobretudo na importação de trigo, o primeiro objetivo passou a tornar-se gradativamente mais difícil de ser alcançado, devido à crescente exigência de divisas para importação de petróleo (a partir dos primeiros anos de setenta) ou para amortização e pagamento do serviço da dívida externa.

QUADRO 3. - Produção Brasileira de Trigo em Grão , Segundo as Unidades da Federação, 1973-83

(em tonelada)

Unidade da Federação	1973	1974	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Paraná	384.713	914.760	443.600	1.160.640	1.257.000	1.050.000	1.621.416	1.350.006	915.000	1.025.000	935.000
Rio Grande do Sul	1.535.887	1.690.000	1.234.300	1.809.000	689.700	1.505.000	981.964	1.016.243	1.072.456	481.658	639.697
São Paulo	34.864	153.100	70.500	195.314	87.300	87.810	223.100	195.314	131.556	134.000	135.000
Mato Grosso do Sul ⁽¹⁾	—	—	—	—	—	30.384	68.991	110.000	65.395	120.000	101.913
Mato Grosso	12.954	19.850	8.966	30.233	27.242	157	22	59	100	107	3.695
Minas Gerais	—	—	—	526	508	13.700	12.600	20.862	15.912	39.371	31.065
Santa Catarina	62.920	80.820	30.484	20.320	4.279	3.791	18.864	9.033	8.606	18.886	24.000
Goiás	—	—	—	—	6	8	135	—	—	—	688
Distrito Federal	—	—	—	18	4	38	12	96	132	482	—
Outras	—	—	—	—	—	—	—	—	135	—	—
Brasil	2.031.330	2.858.530	1.787.850	3.215.745	2.066.039	2.690.888	2.926.764	2.701.613	2.209.292	1.819.504	1.871.073

(¹) Criado conforme a Lei Complementar nº 31, de 11/10/77, com vigência a partir de 01/01/79.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 4. - Preços Médios de Importação e Preços Praticados pelo Governo, Trigo em Grão, Brasil, 1975-83

Ano	Preço médio do trigo importado ⁽¹⁾		Preço pago ao tricultor nacional (Cr\$/t)	Preço de revenda aos moinhos de trigo (Cr\$/t)
	(US\$/t)	(Cr\$/t)		
1975	244,20	1.997,10	1.670,00	734,00
1976	231,30	2.340,10	2.130,00	734,00
1977	111,30	1.509,80	3.170,00	1.202,00
1978	138,60	2.463,30	4.150,00	1.390,00
1979	172,20	4.339,10	5.400,00	1.390,00
1980	220,90	10.713,20	11.840,00	2.232,20
1981	220,50	20.090,40	28.500,00	10.042,84
1982	197,14	35.364,94	56.412,05	21.032,12
1983	187,90	107.292,77	168.509,56	53.519,77

(1) Valor CIF acrescido dos tributos aduaneiros pagos.

Fonte: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S/A (CACEX), Departamento de Trigo da Superintendência Nacional do Abastecimento (DTRIG) e Comissão do Trigo Nacional do Banco do Brasil (CTRIN).

De outra parte, a substituição das importações tem esbarrado em limites ecológicos, tendo em vista que a produção mundial de trigo é feita tipicamente em países de clima temperado e que a pesquisa para a dilatação desses limites é demorada.

A importação de grandes quantidades de trigo e seu repasse aos moinhos a preços subsidiados vem alimentando a inflação, pelo menos por três caminhos principais: absorção das desvalorizações do cruzeiro praticadas como forma de incentivar as exportações em geral, que resulta em elevação dos preços internos do trigo, mesmo que o percentual do subsídio ao consumo se mantenha constante; desestabilização do orçamento público pelo crescente montante da receita destinado a subsídio; e compressão da oferta agregada da economia, devido à ineficiência na alocação dos recursos de produção.

Por outro lado, dada a relativa escassez de áreas apropriadas para trigo no território nacional, também não parece improvável que o subsídio à produção interna seja isento de efeitos inflacionários.

Reconhecendo a necessidade de rever a política de trigo, o Governo anunciou em agosto de 1980 a retirada gradual do subsídio ao consumo desse produto, a partir

daquele mês, tendo em vista a completa eliminação da diferença entre preço de importação e preço de revenda aos moinhos até dezembro de 1983. Com isso, seria de se esperar que a elevação dos preços do trigo levasse à substituição de grandes quantidades de trigo por outros produtos, nos gastos do consumidor, aumentando, via incentivo de mercado, o consumo relativo de outros itens. Como efeitos subseqüentes, os preços dos substitutos do trigo, inicialmente, também deveriam se elevar (devido à expansão de sua demanda), mas em seguida tenderiam a retornar aos níveis anteriores devido à expansão de oferta desencadeada pela elevação de preços, tendo-se, finalmente, como resposta às eliminações do subsídio ao trigo, expansão da oferta agregada e redução da pressão inflacionária.

Em princípio, a redução no consumo de trigo associada com a elevação do seu preço, que já era esperada, poderia ser devida a efeito substituição ou a efeito renda ⁽²⁾. Neste caso, sendo o trigo alimento básico, seria desejável que dita redução fosse devida predominantemente ao efeito substituição (por outros alimentos), porque deixando o consumidor de ingerir trigo, precisaria ingerir outro alimento.

A substituição do consumo de trigo por outros alimentos, entretanto, não parece vir a efetivar-se, facilmente, dentro de poucos anos. Em primeiro lugar, cumpre lembrar que produtos como mandioca de mesa, batata doce, arroz ou milho, conquanto tenham afinidade com trigo, dado que, como ele, são alimentos amiláceos, provavelmente têm elasticidade-preço cruzada da demanda extremamente baixa com relação a pão, macarrão ou farinha de trigo, em face do hábito, gosto e preferências alimentares da população já consolidados, e portanto difíceis de mudar ⁽³⁾. Além disso, no curto prazo, diante das calamidades climáticas verificadas na Região Sul em meados do corrente ano e da prolongada seca na Região Nordeste, além da política de retirada do subsídio à agricultura como um todo, torna-se difícil conseguir diferença considerável entre preços de trigo e dos outros alimentos que favoreça substituição, porque preços dos substitutos de trigo têm aumentado rapidamente. No que concerne à assimilação do uso de misturas contendo trigo em substituição a produtos fabricados com trigo puro, tentativas realizadas neste sentido ainda não lograram aumento expressivo desse uso.

Estudos sobre a demanda por trigo ou derivados de trigo têm indicado coeficientes de elasticidade-preço ⁽⁴⁾ dessas demandas variando entre $-0,30$ e $-0,544$ e coeficientes de elasticidade-renda ⁽⁵⁾ variando entre $0,010$ e $0,610$. Tomando como referência as médias desses extremos (coeficiente de elasticidade-preço igual a $-0,287$ e coeficiente

(2) A redução do consumo de trigo por efeito substituição seria, em poucas palavras, a substituição do consumo de trigo por outros alimentos; a redução do consumo de trigo por efeito renda seria a diminuição do seu consumo devido à queda da renda "per capita" do consumidor.

(3) Coeficiente de elasticidade-preço cruzada da demanda por um determinado alimento em relação ao trigo vem a ser a mudança na quantidade consumida desse alimento, medida em percentagem, motivada pela variação do preço do trigo, em um por cento, considerando-se que o mais permanece constante.

(4) Garcia, João C. *Influência do aumento na oferta de alimentos sobre a nutrição humana: implicações para o estabelecimento de prioridades para pesquisas agrícolas no Brasil*. Brasília, BINAGRI, 1979. 151p. (Estudos sobre o desenvolvimento agrícola, 12); Schultz, Henry. *The theory and measurement of demand*. Chicago, University of Chicago Press, 1938. 817p. e George, P.S. & King, G.A. *Consumer demand for food commodities in the United States with projections for 1980*. Berkeley, University of California, 1971. 161p. (Giannini Foundation Monograph, 26).

(5) Moura, Helio A. Consumo alimentar no Nordeste urbano. *Revista Econômica*, v.1, n.1, 1969, p.18-48; George, P.S. & King, G.A., op.cit. nota 4 e Garcia, João C., op. cit. nota 4.

de elasticidade-renda igual a 0,310), tem-se que, para cada variação de 1% no preço de trigo, o mais permanecendo constante, deve-se esperar que ocorra uma variação, em sentido oposto, na quantidade demandada ou consumo de trigo da ordem de 0,29%, e que para cada variação de 1% na renda "per capita" média do consumidor, o mais permanecendo constante, deve-se esperar uma variação, no mesmo sentido, na quantidade demandada ou no consumo de trigo da ordem de 0,31%.

Também, tendo em vista conhecida relação que existe entre elasticidade-preço direta e elasticidade-renda da demanda por dado bem ⁽⁶⁾, a soma dos coeficientes de elasticidade-preço cruzada da demanda por trigo deve ser da ordem de -0,230, significando que para cada variação de 1% no preço das mercadorias em geral (exclusive trigo) deve-se esperar uma variação, em sentido oposto, na quantidade demandada ou consumida de trigo da ordem de 0,23%.

De outra parte, possibilidade de substituição de trigo, ou de seus derivados, por outros alimentos face a variações de preço é relativamente pequena, não só devido aos hábitos, gostos ou preferências do consumidor associados com a demanda por esses produtos, conforme mencionou-se anteriormente, mas também devido à rigidez do equipamento de produção e da habilidade da força de trabalho associada à oferta dos mesmos produtos, no curto ou médio prazos.

Analisando a demanda individual por 33 produtos alimentícios, na Cidade de Juiz de Fora, MG, Garcia ⁽⁷⁾ praticamente não identificou qualquer substituto para os produtos de trigo considerados (pão, macarrão e farinha de trigo), encontrando, ao contrário, que praticamente todos os outros produtos incluídos na sua análise eram complementares dos produtos de trigo. No quadro 5, são apresentados, a título de exemplo, coeficientes de elasticidade-preço cruzada da demanda, para alguns produtos, estimados pelo citado autor, que, dadas suas características, seriam de esperar fossem substitutos para produtos de trigo (quadro 5).

Analisando a demanda por gêneros alimentícios nos Estados Unidos, George e King ⁽⁸⁾ verificaram que os produtos de trigo eram complementares em relação aos outros gêneros alimentícios em geral, sendo substitutos em relação a gêneros não - alimentícios. No quadro 6 são apresentados os coeficientes de elasticidade-preço cruzada da demanda por produtos selecionados, dentre os vários estimados pelos citados autores, e que dadas suas características poderiam ser substitutos para produtos de trigo, porém, a magnitude destes coeficientes é inexpressiva.

De 1980 (quando se iniciou a eliminação do subsídio) até 1982, na Cidade de São Paulo, houve expressiva defasagem na evolução dos preços dos outros produtos em relação aos derivados de trigo (favorecendo a substituição), mas em seguida houve reversão dessa defasagem, passando os preços dos derivados de trigo a aumentar menos rapidamente que os demais (quadro 7); entre 1980 e 1982 os preços dos derivados do trigo aumentaram

⁽⁶⁾ Simonsen, Mario H. Teoria microeconômica. Teoria do consumidor. Teoria da produção. 4.ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1979. v.1, p.79-80.

⁽⁷⁾ Garcia, João C., op. cit. nota 4.

⁽⁸⁾ George, P.S. & King, G.A., op. cit. nota 4.

QUADRO 5. - Coeficientes de Elasticidades-Preço Diretas e Cruzadas da Demanda por Produtos Especificados, na Cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, 1979

Produto	Elasticidade em relação	
	ao preço de	
		Coeficiente de elasticidade-preço
Pão	Pão	-0,342
Macarrão	Macarrão	-0,093
Farinha de trigo	Farinha de trigo	-0,544
Mandioca	Pão	-0,006
	Macarrão	-0,007
	Farinha de trigo	-0,000
Batata	Pão	-0,006
	Macarrão	-0,007
	Farinha de trigo	-0,000
Batata doce	Pão	-0,007
	Macarrão	-0,007
	Farinha de trigo	-0,007
Arroz	Pão	-0,002
	Macarrão	-0,003
	Farinha de trigo	-0,000
Abóbora	Pão	-0,002
	Macarrão	-0,003
	Farinha de trigo	-0,000
Milho	Pão	-0,000
	Macarrão	0,000
	Farinha de trigo	0,000

Fonte: Garcia (2)

QUADRO 6. - Coeficientes de Elasticidade-Preço Diretas e Cruzadas da Demanda a Nível de Varejo, Produtos Seleccionados, Estados Unidos, 1971

Produto	Elasticidade em relação ao preço de	Coefficiente de elasticidade-preço
Farinha de trigo	Farinha de trigo	-0,300000
Pão e outros cereais	Pão e outros cereais	-0,150000
Farinha de milho	Farinha de trigo	0,011838
Arroz	Farinha de trigo	0,088792
Batata	Farinha de trigo	0,000285
Batata doce	Farinha de trigo	0,000530
Farinha de milho	Pão e outros cereais	0,004645
Arroz	Pão e outros cereais	0,003063
Batata	Pão e outros cereais	0,002964
Batata doce	Pão e outros cereais	0,005512

Fonte: George e King (3).

QUADRO 7. - Preços Médios Anuais de Pão, Macarrão, Farinha de Trigo, Batata, Mandioca de Mesa, Farinha de Mandioca e Farinha de Milho, Cidade de São Paulo, 1980-83

Produto	Unidade	1980	1981	1982	1983(1)
Pão francês	Cr\$/50g	1,54	3,56	8,78	18,11
	Índice	100	231	570	1.176
Macarrão	Cr\$/500g	20,53	46,86	100,75	224,05
	Índice	100	228	491	1.091
Farinha de trigo	Cr\$/500g	8,26	29,09	62,57	138,10
	Índice	100	352	758	1.672
Arroz	Cr\$/kg	31,24	52,59	119,77	263,34
	Índice	100	168	383	843
Batata	Cr\$/kg	29,13	45,34	60,14	301,50
	Índice	100	156	206	1.035
Mandioca de mesa	Cr\$/kg	17,81	35,18	52,90	166,58
	Índice	100	198	297	935
Farinha de mandioca	Cr\$/500g	23,03	44,59	55,70	116,14
	Índice	100	194	242	504
Farinha de milho	Cr\$/500g	23,34	49,48	70,56	162,54
	Índice	100	212	302	696

(1) Janeiro a setembro.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

506% e os dos outros itens, 186%; e entre 1982 e 1983, os preços dos derivados de trigo aumentaram 117% em média e os preços dos outros itens aumentaram 181% em média.

Essas evidências sugerem que a substituição do consumo de grandes quantidades de produtos de trigo por consumo de sucedâneos de trigo não deverá ocorrer no curto prazo. Quanto à substituição de pão ou macarrão de trigo por produtos similares fabricados com misturas incluindo trigo, ou com substitutos de trigo, pode-se deduzir pelas relações de preço correntes, que isso dificilmente favoreceria o consumo destes produtos, diante do exposto acima.

Finalmente, não parece que uma completa eliminação do subsídio ao consumo de trigo possa ocasionar diferenças entre preço de trigo e preços de outros produtos no curto prazo, de sorte a diminuir sensivelmente o consumo de trigo, na medida em que a rápida elevação dos preços de sucedâneos de trigo, atualmente em curso, reflita o fato de sua oferta disponível ser, na entressafra, totalmente inelástica, salvo importações do exterior. Por outro lado, numa perspectiva de médio prazo, a situação de preços relativos poderá reverter-se em favor do objetivo inicial da política oficial, caso ocorra um aumento da oferta interna de alimentos. Todavia, ainda não se sabe qual será a resposta dos produtores às recentes mudanças que elevaram as taxas de juros na agricultura.